

**ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JESUS E CARIDADE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Espírita Jesus e Caridade, constituída em 03 de maio de 1926, com sede e foro na Rua 13 de maio, 140, Centro, Mogi Mirim–SP, é uma associação civil, de caráter religioso, educacional, filantrópico e cultural, sem quaisquer fins lucrativos, sendo pessoa jurídica de direito privado e prazo de duração indeterminado. Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

A Entidade mantém um Hospital de Apoio a pacientes sob cuidados prolongados por sofrerem enfermidades neurológicas; e mantém atuação na área de assistência social, tendo a prática da caridade como dever social e princípio da moral espírita cristã.

A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JESUS E CARIDADE é uma “ASSOCIAÇÃO” civil de caráter religioso educacional sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, conforme Capítulo I artigo 1º do Estatuto Social, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG07, aprovada pela Resolução 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012 (R1), bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, a demonstração do resultado é igual ao resultado abrangente total.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

As preparações das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### **3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis descritas abaixo em detalhes, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

##### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

##### Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se

inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras e assim especificadas conforme abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
CAIXA	1.067,40	1.223,91
BANCOS	1.060,07	10
VRS MOBILIARIOS MERC CAP INTER	4.478015,05	3.114.801,25
<b>Total</b>	<b>4.480.142,52</b>	<b>3.116.035,16</b>

#### Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência.

#### b. Imobilizado

##### Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

#### c. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Associação não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

#### d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

#### e. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### f. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

g. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

h. Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):

A entidade não elaborou e não registrou contabilmente a EPCLD – Estimativa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa sobre seus créditos a receber devido à administração entender que 100% do saldo é inteiramente recebível em decorrência de suas finalidades filantrópicas e assistenciais.

**4. IMOBILIZADO:**

A metodologia de avaliação do imobilizado seguiu de conformidade com o CPC 46, que trata do Valor Justo. Tomando-se como base a pesquisa de mercado. Nota-se que em relação ao ativo imobilizado do exercício anterior, os números finais trouxeram mudanças muito significativas:

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pela taxa fiscal.

	<b>SALDO 2022</b>	<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>SALDO 2021</b>
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>2.619.270,93</b>	<b>17.833,81</b>	<b>2.601.437,12</b>
EDIFÍCIOS E BENFEITORIAS	1.996.969,51	-	1.996.969,51
EQUIPAM DE PROC DE DADOS AAP	25.120,00	0	25.120,00
EQUIPAM DE SEGURANÇA AAP	1.500,00	0	1.500,00
INSTALACOES	18.960,00	0	18.960,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	159.415,41	16.497,49	142.917,92
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	16.050,32	1.336,32	14.714,00
TERRENOS	219.650,69	0	219.650,69
VEICULOS	181.605,00	0	181.605,00
<b>DEPRECIÇÃO ACUMULADA</b>	<b>-1.078.703,00</b>	<b>-102.710,92</b>	<b>-975.992,08</b>
EDIFÍCIOS E BENFEITORIAS	-872.363,09	-79.878,72	-792.484,37
EQUIPAM DE PROC DE DADOS AAP	-5.442,59	-5.023,92	-418,67
EQUIPAM DE SEGURANÇA AAP	-162,5	-150	-12,5
INSTALACOES	-2.053,87	-1895,88	-157,99
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-15.482,02	-14.291,08	-1.190,94
MOVEIS E UTENSILIOS	-1.593,93	-1.471,32	-122,61
VEICULOS	-181.605,00	0	-181.605,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.540.567,93</b>	<b>-84.877,11</b>	<b>1.625.445,04</b>

## 5. OBRIGAÇÕES FISCAIS TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS:

As obrigações da entidade estão registradas pelos seus valores originais. Quando vencíveis há mais de 360 dias estão apresentados no Exigível à Longo Prazo.

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Obrigações Fiscais	1.348,36	193,05
Obrigações Trabalhistas	123.607,91	127.975,66
<b>TOTAL</b>	<b>124.956,27</b>	<b>128.168,71</b>

## 6. PROVISÕES DE FÉRIAS:

Provisão de Férias 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
PROVISÃO DE FÉRIAS	134.849,30	215.911,64
<b>TOTAL</b>	<b>134.849,30</b>	<b>215.911,64</b>

## 7. SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS RESOLUÇÃO CFC NO. 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

## 8. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CFC 1.180/09 e CPC 25. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da Entidade movidos por terceiros, mediante ações trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por advogados e quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

As contingências são classificadas entre: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

A Entidade possuía em 31.12.2022 saldo devidamente contabilizado no valor R\$ 339.373,00 referente a contingências passivas trabalhistas classificadas como provável. A Entidade não possui contingências classificadas como possível.

Descrição	2022	2021
PROVISÃO P/AÇÃO TRABALHISTA	339.373,00	339.373,00

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Apresentado em valores atualizados e compreendem o Patrimônio Líquido acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do Estatuto Social.

Em 2022 o valor do patrimônio líquido apresentado é de R\$5.287.813,49. Superávit de R\$1.205.189,31.

### 9.1 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

A Entidade no exercício de 2021 adotou a prática do "custo atribuído" (deemedcost), conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Em consonância com a NBC TG 1000 e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de (aumentos ou diminuições) de valores atribuídos a elementos do (Ativo imobilizado), em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

Por conta do Ajuste de Avaliação Patrimonial efetuado no exercício anterior, houve a realização das contas do grupo 2505000000 com a mesma taxa de depreciação do grupo de contas do ativo imobilizado as quais se referem, ou seja a realização ocorreu a crédito da conta "Patrimônio Social" conforme prevê a legislação. Vide abaixo:

25050	2505000000	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	26.188,83	5.173,92	0,00	21.014,91
20039	2505010000	Equipam de Proc de Dados AAP	24.701,33	5.023,92	0,00	19.677,41
20040	2505010000	Equipam de Segurança AAP	1.487,50	150,00	0,00	1.337,50

## 10. RECEITA E DESPESAS

As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### a). Receitas:

No exercício de 2022 a entidade obteve uma receita no valor de R\$5.949.371 sendo: Receitas Operacionais e Subvenções R\$4.828.201; Benefício Fiscal Usufruído R\$576.393; Receita Pis sobre Folha Recuperação R\$126.252 Receitas Financeiras R\$418.525.

No exercício de 2021 a entidade obteve uma receita no valor de R\$5.161.861,14 sendo: Receitas Operacionais e Subvenções R\$4.332.834; Benefício Fiscal Usufruído R\$711.004; Receitas Financeiras R\$118.023.

Todas Demonstradas, detalhadamente no Quadro "A".

b). Despesas:

Foram contabilizados no exercício 2022, um montante de gastos no valor R\$4.744.182, sendo: Despesas Operacionais R\$3.874.810; Custo dos Projetos R\$292.616; Benefício Fiscal Usufruído R\$576.393; Despesas Financeiras R\$58 Outras Despesas R\$305.

Foram contabilizados no exercício 2021, um montante de gastos no valor R\$4.876.524, sendo: Despesas Operacionais R\$3.693.084; Custo dos Projetos R\$357.448; Benefício Fiscal Usufruído R\$711.004; Despesas Financeiras R\$154; Outras Despesas R\$114.834.

Todas Demonstradas, detalhadamente no Quadro "B".

Quadro "A"	2022	2021	Quadro "B"	2022	2021
<b>RECEITAS</b>	<b>5.949.371</b>	<b>5.161.861</b>	<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>4.744.182</b>	<b>4.876.524</b>
<b>ASSISTENCIA SOCIAL</b>			<b>ASSISTENCIA SOCIAL</b>		
<b>Receitas Operacionais/Subvenções</b>			<b>CUSTO DOS PROJETOS</b>		<b>0.000</b>
Convênios Municipais			Despesas com Pessoal		
Verba FMDPI Termo de Fomento			<b>Despesas Gerais/Administrativas</b>		
Rec. . Verba Estadual			<b>Despesa s Financeiras</b>		
Rec. Prev. Idosos					
Doações Pessoas Físicas/Donativos					
Receita Verba Federal					
<b>Outras Receitas</b>					
<b>Benefício Fiscal Usufruído</b>			<b>Benefício Fiscal I Usufruído</b>		<b>0.000</b>
Isenção Cola Patronal/COFINS			Isenção Cola Patronal/COFINS		
<b>SAÚDE</b>			<b>SAÚDE</b>		
<b>Receitas Operacionais/Subvenções</b>	<b>4.828.201</b>	<b>4.251.279</b>	<b>CUSTO DOS PROJETOS/Operacionais</b>	<b>3.874.810</b>	<b>3.693.084</b>
Receitas de Saúde	665.822	902.852	Despesas com Pessoal		
Rec. Prefeitura de Amparo	35.000	70.000	<b>Despesas Gerais/Administrativas</b>		
Rec. Prefeitura de Jaguariúna	406.152	403.728	<b>Despesa s Financeiras</b>	<b>0.058</b>	<b>154</b>
Convênio com SUS	2.130.410	2.276.397			
Doações campanhas e Patrocínios	1.590.817	598.302			
<b>Outras Receitas</b>					
<b>Benefício Fiscal I Usufruído</b>	<b>576.393</b>	<b>711.004</b>	<b>Benefício Fiscal Usufruído</b>	<b>576.393</b>	<b>711.004</b>
Isenção Cola Patronal/COFINS	576.393	711.004	Isenção Cota Patronal/COFINS	576.393	711.004
<b>Receita Trabalho Voluntario</b>					
<b>Locação de Imóveis</b>		<b>81.555</b>			
<b>Receita Pis sobre Folha Recuperação</b>	<b>126.252</b>		<b>Outras Despesa s</b>	<b>292.921</b>	<b>472.282</b>
			Outros Resultados	<b>0.305</b>	114.834
<b>Receitas Financeira s</b>	<b>418.525</b>	<b>118.023</b>	Provisões para Contingência	292.616	357.448
Rendimentos/Receitas Financeiras	418.525	118.023			
Descontos Obtidos					
<b>Receitas Patrimoniais</b>		<b>0.000</b>			
Receita Venda de Imobilizado					

## 11. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)  
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

A Associação é isenta do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) por sua natureza e objeto, conforme artigo 15 da Lei 9.532/1997.

A Entidade não é contribuinte do PIS na modalidade “Faturamento”, sendo contribuinte a alíquota de 1% na modalidade folha de salários, conforme IN 247/2002.

A entidade goza de isenção das contribuições previdenciárias, as quais estão apresentadas no grupo de receita e despesas operacionais, em contrapartida das contas patrimoniais, conforme valores apresentados abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Cota Patronal INSS+SAT+TERCEIROS	R\$ 536.720	R\$ 581.013
COFINS Patronal	R\$ 39.673	R\$ 129.990

A certificação (CEBAS) de Entidade Beneficente de Assistência Social é concedida às organizações da assistência social, sendo um instrumento que possibilita a organização usufruir da isenção das contribuições sociais, tais como a parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP, permitindo ainda a priorização na celebração de contratualização/convênios com o poder público, entre outros benefícios.

A Associação Espírita Jesus e Caridade começou o processo de renovação do seu certificado (CEBAS), no mês de abril/2022, pois a certificação do mesmo tem validade até o dia 05 de fevereiro de 2023. A entidade tem tomado providências cabíveis para o deferimento.

## **12. OBRIGAÇÕES PARA FINS DE CEBAS**

### **a) SAÚDE**

No âmbito da Saúde, o Lar Espírita Maria de Nazaré atendeu a 60 pacientes, em leitos neurológicos de longa permanência, em regime de internato, até 31 de dezembro de 2021.

Os recursos financeiros aplicados no desenvolvimento da saúde estão assim demonstrados;

<b>Nº de Leitos Existentes</b>	<b>Nº de Leitos SUS Ofertados</b>	<b>Percentual</b>
<b>60</b>	<b>55</b>	<b>92%</b>

A Associação Espírita Jesus e Caridade, departamento LAR ESPÍRITA MARIA DE NAZARÉ (saúde/alta complexidade) manteve convênio com a Secretaria de Estado de Saúde-Convênio com entidade sem fins lucrativos (integração ao SUS para prestação de Assistência à Saúde).



### **13. APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Todos os recursos da entidade foram aplicados em suas atividades e manutenção de suas finalidades institucionais, de acordo com seu Estatuto Social.

### **14. EVENTO SUBSEQUENTE**

Não é do conhecimento, até a presente data, qualquer evento subsequente, que possa vir a afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Entidade.

Mogi Mirim, 31 de dezembro de 2022.

**ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JESUS E CARIDADE**  
ISAQUE ROBERTO JANUÁRIO – PRESIDENTE  
CPF: 294.660.628-75

**BONATTI CONTABILIDADE E CONSULTORIA**  
MILTON BRAZ BONATTI  
CPF 714.071.388-04  
CT/CRC 1SP103701/0-6